

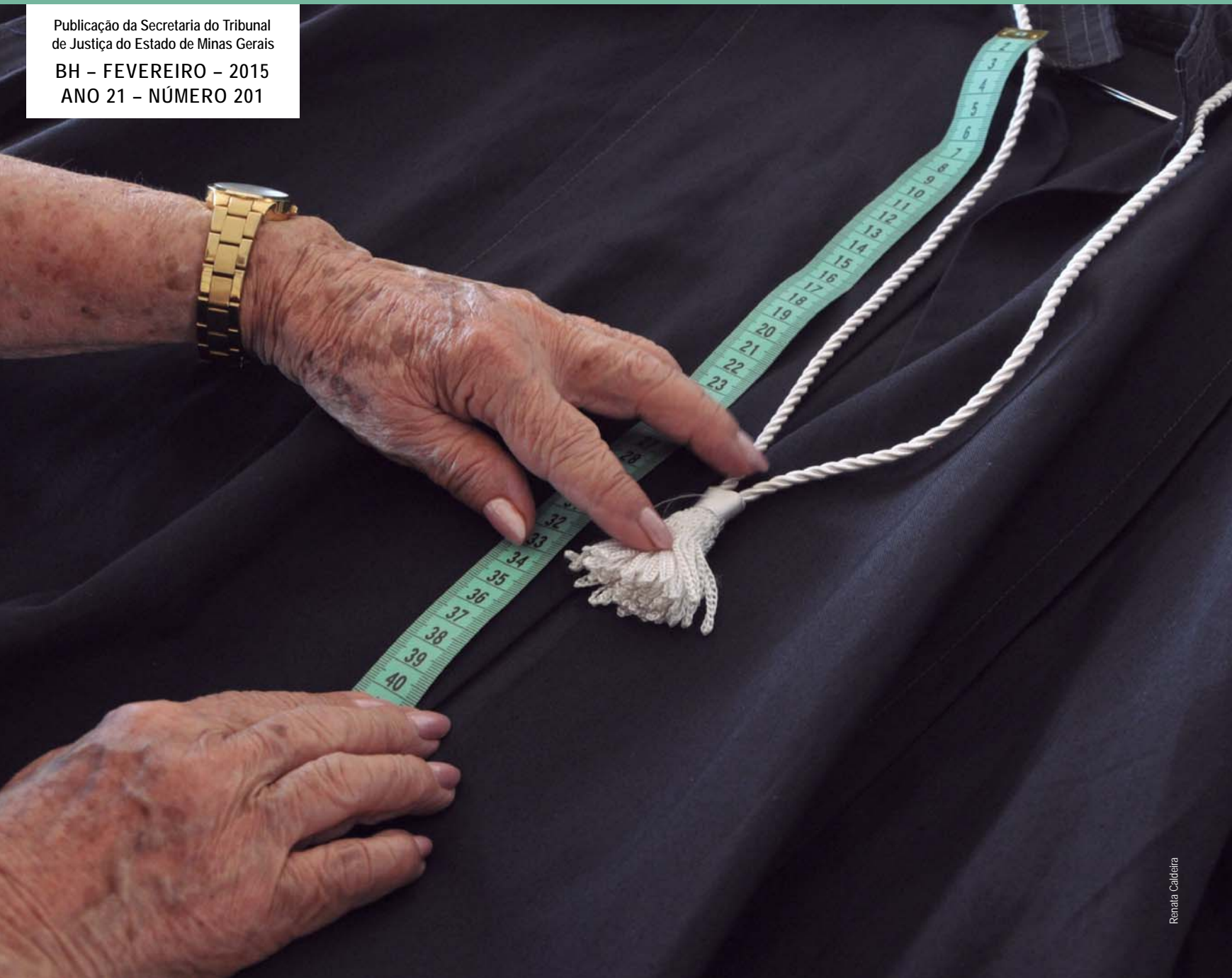
A simbologia das togas

“Quando um juiz adentra o recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar.” A frase do escritor Joseph Campbell define bem o poder simbólico dessa vestimenta preta usada pelos magistrados. Nas páginas centrais desta edição, você irá conhecer um pouco mais sobre a história das togas, trajes que representam tradição e prestígio.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2015
ANO 21 - NÚMERO 201



Lembrança do sacerdócio

"A toga, pela sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo. É um símbolo. Alerta, no juiz, a lembrança de seu sacerdócio. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciários", sintetizou o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Mário Guimarães, no livro *O Juiz e a Função Jurisdicional*, sobre a vestimenta que marca os ritos no Poder Judiciário.

A matéria de capa desta edição conta um pouco sobre a simbologia por trás do uso da vestimenta, que impõe austeridade e solenidade aos atos do Judiciário. Entre os entrevistados para a matéria, está a costureira Aristel Anna Bavose, que há décadas se dedica ao ofício de costurar togas para os desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Veja, ainda, nesta edição, entrevista com a juíza Soraya Hassan Baz Láuar, titular da 1ª Vara Cível de Belo Horizonte e juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. A magistrada, que é presidente da comissão criada para tratar dos casos de assédio moral no TJMG, explica o que caracteriza essa prática e fala sobre as medidas que podem combatê-la.

Outra matéria deste número destaca um projeto inovador, fruto de parceria da Vara de Execuções Pe-

nais de Varginha, com o presídio da cidade e colaboradores. A iniciativa oferece remissão da pena de detentos por meio da música, mais precisamente do canto coral. A cada três apresentações, é oferecido um dia de redução da pena.

O informativo traz também matéria sobre a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) no TJMG, considerada a terceira e mais importante etapa da informatização na Casa, na avaliação do presidente do comitê gestor do PJe, desembargador André Leite Praça. A expectativa é que, a partir deste mês de fevereiro, todos os novos processos de competência cível possam tramitar exclusivamente pelo PJe nas comarcas da Região Metropolitana.

Na página de Cultura, confira resenha do desembargador Caetano Levi sobre o filme *Germinal*, dirigido por Claude Berri. A película, inspirada em obra homônima do escritor francês Émile Zola, será exibida em sessão do Cineclube TJ, em 26 de fevereiro, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253), na capital. Ainda na página 8, aprecie foto da coluna Clique do Leitor.

Boa leitura!

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Jaubert Carneiro Jacques

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Daniela Lima

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Shirley Moraes

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

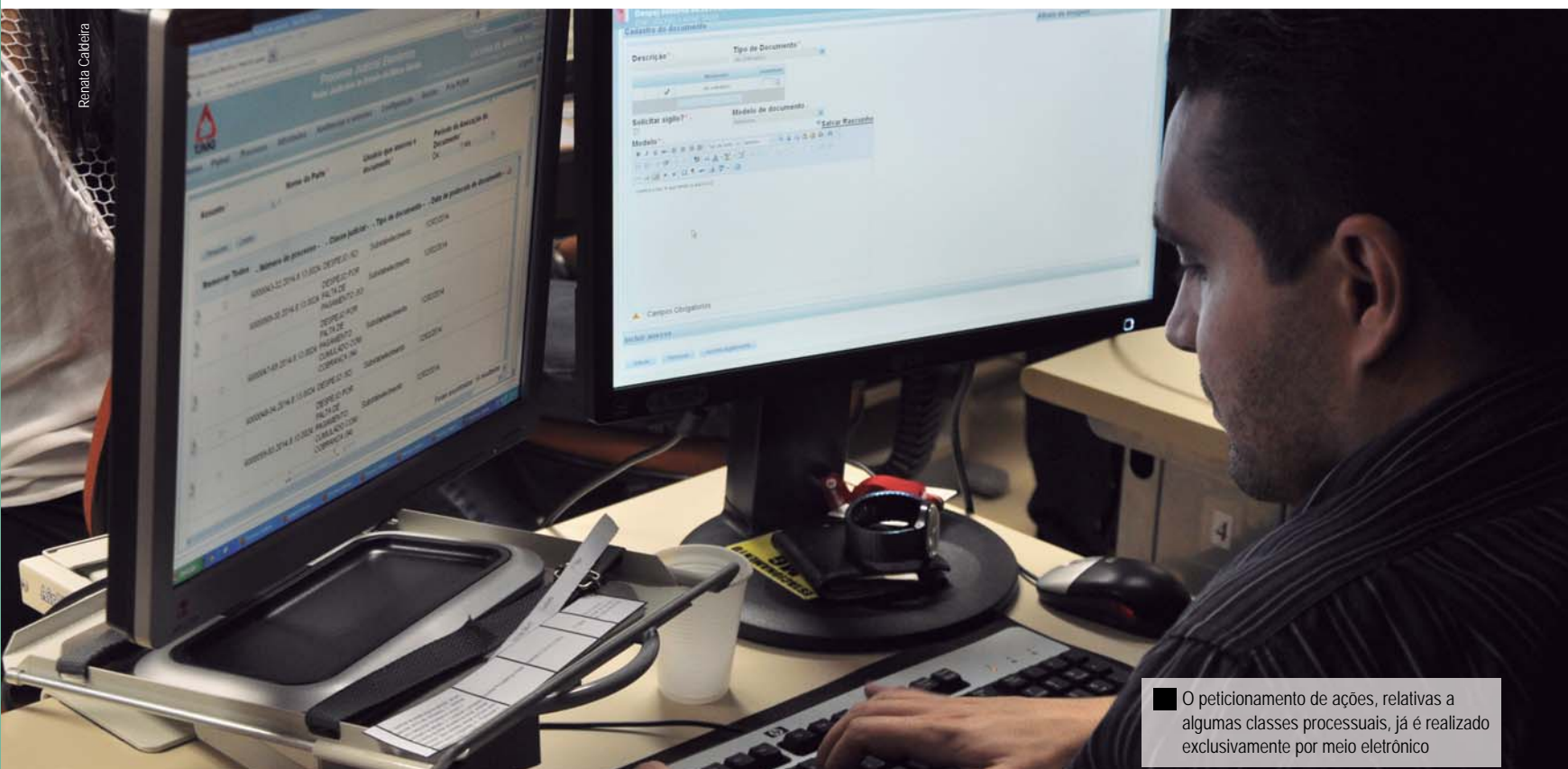
www.tjmg.jus.br

PJe Expansão 2015

A primeira edição do *TJMG Informativo* de 2015 traz uma novidade. A partir deste mês, este espaço será dedicado a uma coluna permanente sobre o Processo Judicial eletrônico (PJe). Aqui, você poderá acompanhar, mês a mês, as principais etapas e iniciativas relacionadas à implantação do sistema. Inauguramos a coluna com o quadro do planejamento para a implantação do PJe no interior, previsto para os anos de 2015 e 2016. Leia mais sobre o PJe na página ao lado.

Mês de implantação	Comarca
março	Ibirité e Santa Luzia
abril	Ribeirão das Neves e Vespasiano
maio	Conselheiro Lafaiete e Sete Lagoas
junho	Barbacena e São João del-Rei
julho	Juiz de Fora, Ubá e Manhuaçu
agosto	Divinópolis e Montes Claros
setembro	Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha
outubro	Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo
novembro	Caratinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni
março/2016	Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia

PJe expande para comarcas de entrância especial



Renata Caldeira

O petição de ações, relativas a algumas classes processuais, já é realizado exclusivamente por meio eletrônico

Soraia Costa

"A implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) é a terceira e mais importante etapa da informatização no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)", afirmou o presidente do comitê gestor do PJe, desembargador André Leite Praça.

A primeira etapa, segundo o desembargador, foi a substituição das máquinas de escrever pelos computadores. Já a segunda etapa foi a implementação de ferramentas eletrônicas como o malote digital, o alvará de soltura, o *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)* e o sistema eletrônico Themis, que possibilitou a criação de peças processuais e a tramitação de recursos em meio digital na Segunda Instância.

E a terceira etapa começou em setembro de 2012, quando o Fórum Regional Barreiro, da comarca de Belo Horizonte, inaugurou o sistema informatizado desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), denominado PJe-CNJ, nas ações de divórcio consensual. Em janeiro de 2014 o sistema se expandiu para outras classes processuais cíveis nesse fórum.

A partir de março de 2014, o PJe passou a ser implantado em outras varas da capital e, em seguida, se expandiu para diversas classes processuais cíveis das comarcas de Betim e Contagem. A expectativa é que, a partir deste mês de fevereiro, todos os no-

vos processos de competência cível possam tramitar exclusivamente pelo PJe nas comarcas da Região Metropolitana.

Depois da Grande BH será a vez das comarcas de entrância especial. A meta do TJMG é que, até março de 2016, as ações cíveis das atuais 25 comarcas de entrância especial estejam conectadas ao PJe e, nos próximos anos, as das demais comarcas do Judiciário mineiro.

Os recursos que tramitam na Segunda Instân-

cia acompanham o cronograma de implantação do PJe na Primeira Instância, já que os processos que começaram de forma física devem ser finalizados também em papel.

Para implantar o PJe no interior, o TJMG contratou 50 funcionários terceirizados. Desses, 20 são da área de tecnologia e irão atuar na Diretoria Executiva de Informática (Dirfor). Os outros 30 têm formação jurídica e vão trabalhar na Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ).

Sheilla Santos Villela, gerente do PJe na CGJ, informa que, para a implantação e a expansão do PJe, o TJMG tem investido em infraestrutura, capacitação de pessoal e certificação de magistrados e servidores para que estes tenham acesso ao sistema.

Para atuarem nos processos eletrônicos, os advogados também devem se cadastrar no sistema.

"Esse projeto revolucionário trará alívio para várias áreas do TJ, que atualmente tem cerca de 6 milhões de processos tramitando na Justiça de Primeira Instância", concluiu o desembargador Leite Praça.

Acompanhe as informações sobre o Processo Judicial eletrônico do TJMG pelo endereço <http://www.tjmg.jus.br/portal/processos/processo-eletronico-tjmg/>.

Até março de 2016, as atuais 25 comarcas de entrância especial deverão estar conectadas ao Processo Judicial eletrônico na área cível

Togas simbolizam a



Aristel Bavose confecciona becas e togas desde menina, atividade que herdou do pai

Daniele Hostalácio

O juiz entrou no Salão do Júri e todos imediatamente ficaram de pé. O magistrado foi reconhecido facilmente, até por quem não o conhecia, devido à roupa que trajava: a vestimenta preta, até os calcanhares, conhecida como toga. O motivo de tanta reverência? “Quando um juiz adentra o recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar”, avalia o autor Joseph Campbell, no livro *O Poder do Mito*.

Togas são vestes talaras – o vocábulo “talar” vem do latim *talus*, que significa calcanhar –, vestimen-

tas cujo comprimento vai até os calcanhares. É um traje, assim como as becas e as batinas, que simboliza poder, dando especial representatividade a quem os usa. No caso da vestimenta usada pelo Judiciário, a cor preta enfatiza essas características, e há quem afirme que apenas magistrados podem usar toga – as becas se destinariam a membros do Ministério Público e operadores do direito, entre outros.

Vários autores se dedicaram a investigar a origem e a simbologia que sustentam o ritual do uso de togas por juizes e desembargadores. Em seu livro *O Juiz e a Função Jurisdicional*, o ex-ministro do Supre-

mo Tribunal Federal (STF) Mário Guimarães conta que a toga deriva da Roma Antiga, onde compunha o traje dos senadores e dos nobres cidadãos, tendo se tornado, na Idade Média, insignia dos membros das universidades.

“A toga, pela sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo. É um símbolo. Alerta, no juiz, a lembrança de seu sacerdócio. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciais”, sintetizou o ex-ministro. “Por mais irreverentes e frios que sejam os homens, o aspecto externo das coisas neles atua, modificando-lhes os sentimentos e as ideias”, acrescentou.

É inegável, assim, que a vestimenta traz com ela uma série de significados e desencadeia diferentes sentimentos no imaginário das pessoas. Por isso, existem expressões como “honrar a toga”, indicando a responsabilidade da qual é “investido” aquele que usa a vestimenta. Com ela, vem uma grande carga de responsabilidade, já que representa a austeridade, autoridade e imparcialidade da Justiça.

”

O uso da toga pelos magistrados tem a finalidade de conferir solenidade e respeito aos atos do Poder Judiciário

“

Talvez seja por isso que, tendo exercido primeiro a função de promotor de justiça, até entrar para a carreira da magistratura, em 1992, o desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior lembra-se até hoje da primeira vez que usou a toga. “Foi em uma sessão do Tribunal do Júri, na comarca de Pedra Azul, no início da minha carreira. O sentimento foi de orgulho, por pertencer ao Judiciário mineiro, e também de muita responsabilidade, por saber que o cidadão enxerga no magistrado o dever de julgar com firmeza e imparcialidade”, afirma.

Na avaliação do desembargador, o uso da vestimenta pelos magistrados é um ritual carregado de uma importante simbologia. “Ele tem a finalidade de

imparcialidade da Justiça

conferir solenidade e respeito aos atos do Poder Judiciário. Ao vesti-la, o magistrado expõe ao público que representa a instituição encarregada de julgar com imparcialidade”, ressalta.

O desembargador se lembra de um fato curioso envolvendo vestes talares, ocorrido com um então promotor de justiça, hoje magistrado. “Fazíamos um mutirão de julgamentos do Tribunal do Júri em uma comarca do Vale do Jequitinhonha e o promotor, no intervalo, foi lanchar na padaria que ficava ao lado do fórum, mas não tirou a veste. Logo ao entrar no estabelecimento, um dos presentes se curvou, pegou a mão do promotor e beijou seu anel de formatura, achando que se tratava de alguma autoridade eclesiástica”, conta.

Histórias curiosas com essas vestimentas também são acumuladas pela servidora Maria de Fátima Oliveira de Andrade, coordenadora do Serviço de Apoio às Sessões de Julgamento e Cumprimento de Mandados (Seraj). Desde 2005, ela cuida do becário da Unidade Raja Gabaglia do TJMG, onde ficam as togas de cada desembargador, em armários indivi-

duais identificados. “Um dia o desembargador Antônio Lucas Pereira, hoje aposentado, achou que a toga dele estava muito comprida e pediu que fosse cortada. A vestimenta foi enviada para a costureira, que fez o serviço. Logo depois, o desembargador José Antônio Braga não encontrava a sua toga. Então, descobrimos que, por engano, Lucas Pereira tinha vestido a toga do colega e mandado cortá-la. Ele riu muito e me disse que pagaria outra toga para o desembargador José Braga.”

A arte de fazer togas

Por trás das togas que vestem os desembargadores do TJMG, há uma personagem que há anos se dedica a costurar as vestimentas: Aristel Anna Bavose, de 80 anos. A costureira começou a confeccionar togas, becas e batinas ainda quando era menina e ajudava o pai, de quem legou o ofício. A profissão é quase um traço familiar: o avô de Aristel também se dedicava à atividade, que foi depois passada para o filho, até chegar a Aristel.

Durante muitos anos, a família manteve em frente ao Fórum Lafayette, na capital, uma loja para a venda das vestes talares – ali eram atendidos também juizes, advogados, promotores, sacerdotes. O estabelecimento fechou e o atendimento passou a ser feito de maneira mais individualizada, quando eram atendidas pessoas por meio de indicações. Quando o pai de Aristel parou de costurar, aos 80 anos – ele morreu com 90 anos de idade –, ela assumiu sozinha a tarefa. Mas não tem herdeiros no ofício, já que os filhos não desejam seguir os passos da mãe.

A costureira perdeu as contas de quantas togas já fez, mas afirma que passou a vida em meio às agulhas, às linhas, ao tecido preto – crepe importada para a veste talar – e ao cetim branco – usado para confeccionar as faixas. Foram sempre os próprios desembargadores que a procuravam, por indicação. “Vou até a casa deles e tiro as medidas”, disse. Aristel guarda consigo uma verdadeira relíquia: vários cadernos com as medidas de todos os desembargadores para quem fez togas. Um material que talvez um dia ela doe ao Judiciário mineiro.



O desembargador Corrêa Júnior lembra-se até hoje da primeira vez que usou uma toga



O ritual que envolve as togas se estende à guarda das vestimentas: os armários do becário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais são organizados por ordem de antiguidade dos desembargadores

Assédio moral: um fantasma a ser derrotado

Manuela Ribeiro

Na magistratura, Soraya Hassan atuou nas comarcas de Jaboticatubas, Lagoa Santa, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Mariana, Nova Lima e Itabirito. Atualmente é titular da 1ª Vara Cível de Belo Horizonte e também exerce a função de juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. Fascinada com os desafios propostos pela judicatura, a magistrada destaca no direito a possibilidade de estabelecer o equilíbrio nas relações humanas e transformar a realidade. A juíza diz ter vários modelos em que se inspira, porém cita um deles como exemplo: Magid Nauef Láuar, com quem tem dois filhos. “Por sua responsabilidade, cultura, formação jurídica e acima de tudo por ser um magistrado justo, humilde e simples, ele se tornou tão importante que me casei com ele”, conta. Soraya Hassan é ainda presidente da comissão criada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais para combater casos de assédio moral, tema desta entrevista.



Joubert Oliveira

Segundo a magistrada, embora muitos desconheçam em que consiste o assédio moral, reduzi-lo já é um propósito do Tribunal de Justiça

TJMG Informativo – O que configura o assédio moral?

Juíza Soraya Hassan – Trata-se da atitude de um agente público que degrade as condições de trabalho de outro, atentando contra seus direitos ou dignidade, ameaçando ou afetando sua saúde física e mental ou seu desenvolvimento profissional. Para caracterizar-se o assédio, deve haver certa rotina na conduta, de modo que ela seja permanente na relação de trabalho. Caso contrário, seria tão somente mero aborrecimento em um dado momento.

Por que combater o assédio moral?

O Judiciário tem como meta preservar a saúde de seus servidores e oferecer um ambiente de trabalho saudável. O assédio moral contamina o ambiente e provoca um desequilíbrio psicológico que, agravado, pode causar doenças. O aumento dos afastamentos por licença-saúde compromete a prestação jurisdicional. A ação do Judiciário mineiro prima pela conscientização do servidor:

ele deve ser visto como agente de mudança em seu espaço profissional. Cabem a ele a prevenção e a denúncia de situações que prejudiquem a qualidade da gestão das relações humanas no trabalho.

O que o Judiciário mineiro já fez para erradicar essas práticas?

A comissão multidisciplinar designada pelo TJMG reúne mensalmente magistrados, representantes sindicais das categorias de servidores e um profis-

sional de saúde. A finalidade é receber e processar queixas, bem como definir projetos para diminuir o assédio moral. A comissão atual, presidida por mim, é formada pelos juízes Ângela de Lourdes Rodrigues, Eveline Mendonça Félix Gonçalves e Rui de Almeida Magalhães; por Robert Wagner França, Antônio Costa dos Santos Júnior e Ana Luíza Alves Carneiro da Silva, membros do Sinjus, do Serjusmig e do Sindojus, respectivamente; e pela cirurgiã-dentista Etna Barberi Marques. Em 2015 a Ejef vai ministrar um curso a distância sobre o tema, e vamos elaborar uma cartilha e campanhas com divulgação no Portal TJMG.

Qual o procedimento para denunciar o assédio moral?

A reclamação pode ser preenchida em formulário próprio ou simplesmente relatada por escrito. A seguir, é encaminhada para a Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos

(Dearhu), que a remeterá para a Comissão Paritária e Multidisciplinar de Assédio Moral. Não é necessário que ela parta da vítima; outra pessoa pode representá-la, desde que com o assentimento do ofendido. Os casos não têm sido frequentes, porém o assunto ainda é novidade. Essa é apenas a segunda comissão formada e não há uma conscientização plena dos servidores e magistrados a respeito.

O que a senhora considera mais estimulante no exercício da magistratura?

Saber a hora certa de usar o poder inerente ao cargo em que somos investidos, buscar incessantemente fazer justiça, materializando-a para sua plena eficácia, sanar conflitos, lutar para que a celeridade na prestação jurisdicional seja um sonho possível e concreto, acreditar sempre que podemos fazer, e muito, por uma sociedade mais plena e justa.

”
O Judiciário tem como meta preservar a saúde de seus servidores e oferecer um ambiente de trabalho saudável

“

Música aproxima detentos da liberdade

Manuela Ribeiro

Detentos de Varginha cumprem pena cantando. Parece brincadeira, mas é isso mesmo: há três anos, graças a uma cooperação da Vara de Execuções Penais de Varginha com o presídio da cidade e colaboradores, como o violonista Elias de Brito Pereira, homens e mulheres que têm contas a acertar com a sociedade podem fazer isso por meio da arte, mais precisamente do canto coral. A cada três apresentações, um dia de redução da pena. A agenda para os próximos meses está lotada, e a iniciativa já coleciona alguns troféus.

“Eles ensaiam durante a semana e, aos sábados, cantam em escolas, templos religiosos e quadras poliesportivas da região. Seleccionamos coralistas para contarem sua história de vida, pois quase todos foram condenados por tráfico de drogas. Procuramos demonstrar principalmente aos alunos que o crime não compensa”, afirma o juiz criminal Oilson Hoffmann Schmitt, corregedor do presídio.

Com um repertório de canções conhecidas da MPB, como *Carinhoso*, de Pixinguinha, *Ainda Bem*, de Marisa Monte e Arnaldo Antunes, e *Andança*, de Paulinho Tapajós, Edmundo Souto e Danilo Caymmi, o grupo Raízes do Futuro dribla dificuldades como a alta rotatividade dos cantores. Ninguém tinha conhecimento prévio, mas agora, com postura, uniformes e entusiasmo, os coristas se encon-

tram de três a quatro vezes por semana. São oito mulheres e dez homens, que têm remissão de suas condenações pela participação em ensaios e apresentações.

Atividade de socialização

Ariane, uma das integrantes da ala feminina, destaca que estar no grupo é uma oportunidade especial. “A gente pensa que está esquecida na prisão, mas no ensaio o astral muda e nos sentimentos valorizados. O convívio com as colegas melhora, e temos o apoio da família, que vai nos assistir cantando sempre que possível”, explica.

O maestro Elias Pereira conta que iniciou o trabalho apenas com homens. Formado pelo Conservatório Estadual de Varginha e preparando-se para obter o diploma superior de música, ele avalia que a experiência é bem-sucedida porque o indivíduo sai do ambiente pesado da prisão, revê entes queridos e amigos, confraterniza com outros. “É uma atividade

de socialização”, argumenta.

O professor aponta como outro fator de sucesso da empreitada o fato de a música tocar o coração do ser humano. Ele explica que, como não tem renda, o coro só aceita se apresentar quando o convite inclui o transporte ou quando há parcerias, como a firmada com a Unis Varginha, instituição de ensino que custeia até duas viagens mensais para o grupo.

A equipe não mede esforços. O diretor adjunto do presídio, Rodolfo Corrêa Bandeira, relata que os cantores já pernoveram em outras unidades prisionais, com as quais foi selado um acordo para isso, quando viajaram para festivais e concursos em comarcas distantes.

Mas nem só de música vive o homem: os presos podem optar por tarefas diversas. Um grupo de cinco reeducandos prepara mais de 600 refeições diárias (café da manhã e almoço), segundo um cardápio elaborado por nutricionista. Elton, sozinho, acorda às 4h da manhã e comanda a padaria. Atualmente, uma empresa fornece a capacitação, mas ele aprendeu com um interno a fazer o pão de cada dia.

”
A gente pensa
que está esquecida
na prisão, mas no
ensaio muda o astral
e nos sentimentos
valorizados

“



Marcelo Albert

Homens e mulheres, detentos de Varginha, com o maestro Elias Pereira (ao centro); a cada três apresentações, eles têm um dia de redução da pena; a agenda do coral está lotada

Neste mês de fevereiro, o Cineclube TJ retoma suas atividades com a exibição do filme *Germinal*, de 1993, dirigido por Claude Berri. A exibição acontece no dia 26, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Germinal

Desembargador Caetano Levi Lopes

O filme *Germinal* tem por base a obra homônima de Émile Zola, um dos grandes literatos da França no século XIX.

Zola, cujo nome completo é Émile Édouard Charles Antoine Zola, nasceu em Paris aos 2 de abril de 1840 e faleceu na mesma cidade em 29 de setembro de 1902.

Ele produziu intensa obra literária, ao lado de militância política notável. Fundou, na França, a Escola literária conhecida como Naturalista com a obra *Thérèse Raquin*, alvo de ácida crítica. Esse movimento literário afastava-se do romance tradicional, da Escola Romântica, e propunha uma análise científica do ser humano, com suas emoções, anseios e imperfeições.

Germinal é o décimo terceiro romance da série *Les Rougon-Macquart* e, sem dúvida, a obra mais famosa de Zola. A primeira edição veio a lume em 1885. Para escrevê-lo, Zola trabalhou por dois meses em mina de carvão, teve contato com os operários e as agruras a que eram submetidos. *Germinal* é uma chamada de consciência para as condições subumanas a que eram submetidos os trabalhadores. Enfim,

um brado literário contra a perversa doutrina econômica do "laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même", ou seja, intervenção mínima do Estado na economia. A partir de então, e também por influência do marxismo, os Estados europeus passaram a produzir legislação protetiva dos trabalhadores, com forte intervenção estatal no campo econômico.

O filme produzido em 1993 e dirigido por Claude Berri é bastante fiel à obra que o inspirou.

O elenco é notável: Gérard Depardieu, Miou Miou, Renaud e Judith Henry.

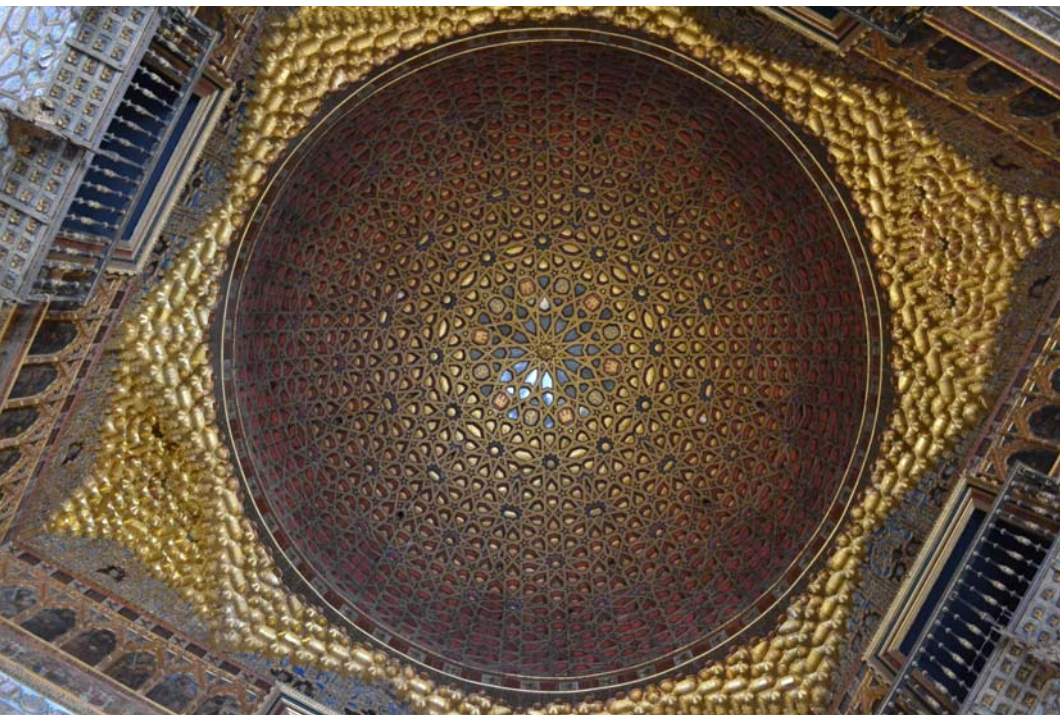
Foi ambientado em uma mina de carvão e mostra, com cenas fortes, como viviam os operários e suas famílias na segunda metade do século XIX, sob brutal exploração pelos patrões.

Germinal venceu o prêmio César de fotografia e melhor figurino em 1993. Teve mais oito indicações, no mesmo evento, sendo as principais: melhor filme, melhor diretor, melhor ator (Gérard Depardieu) e melhor atriz (Miou Miou).

São 160 minutos de muita emoção. Apreciem!



O filme *Germinal*, baseado em livro de Émile Zola, é o filme deste mês



CLIQUE DO LEITOR

O Palácio Real Alcázar, em Sevilha, passou por diversas transformações desde que começou a ser construído, em 913, durante a dominação árabe na península Ibérica. Embora seja uma intervenção do século XVI, a decoração no teto do Salão dos Embaixadores, com seu entrelaçado de linhas geométricas típico da arquitetura árabe, remete às origens do edifício.

Patricia Bertollo Limongi
Assessoria de Comunicação Institucional

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.